

REJEITADO



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

Bancada do PT

EMENDA Nº 04 AO PROJETO DE LEI Nº 389/2021

Pelo presente e na forma do art. 271 do Regimento Interno desta Casa, requiro alteração no Art. 2º do Projeto de Lei nº 389/2021 com a seguinte redação:

Art. 2º A concessão da gratuidade dos serviços a que se refere o artigo 1º obedecerá aos seguintes critérios:

- I. Serem membros da família do falecido, incluindo natimortos e nascituros, comprovada a sucessão hereditária mediante certidão de óbito (obrigatório conforme determinado no artigo 77 da lei 6015/1973), dentre outros documentos que comprovem a relação de parentesco;
- II. Ter renda mensal familiar per capita de até um salário mínimo nacional podendo ser comprovada por autodeclaração de familiar ou responsável legal;
- III. Possuir inscrição no Cadastro Único instituído pelo Decreto Federal nº 6.135, de 26 de junho de 2007, nos últimos quatro anos.

§ 1º Fica dispensado dos requisitos previstos no Artigo 2º, o munícipe que comprovar que o falecido era beneficiário válido e regular do benefício de prestação continuada, nos termos do artigo 20 da Lei Federal nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993.

§ 2º Fica dispensado dos requisitos previstos no Artigo 2º para os serviços de sepultamento e velório o falecido que possuía inscrição válida nos últimos 4 anos no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal na condição de situação de rua ou família unipessoal, vedado o serviço de cremação..

§ 3º Fica dispensado da comprovação constante dos incisos do presente artigo, os membros da família, do doador de órgãos, que deverá apresentar no ato da contratação do funeral, comprovação de doação dos órgãos corporais do falecido, bem como da imediata comunicação do óbito feita à instituição médica habilitada a realizar o transplante, sendo dispensada a comprovação do efetivo aproveitamento dos órgãos doados.

§ 4º. A lei municipal nº 11.083, de 6 de setembro de 1991, passará a respeitar os critérios de verificação para gratuidade com base nos incisos deste artigo.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Bancada do PT

§5. Os indivíduos sepultados na condição de que trata o §2º do inciso III do Art. 2º terão suas ossadas preservadas e acondicionadas para futura reclamação e pesquisa quando realizada sua exumação.

§6º. Caso o munícipe não possua inscrição no Cadastro Único Único para Programas Sociais do Governo Federal no momento da solicitação da gratuidade, deverá realizar a contratação dos produtos e serviços abrangidos pela gratuidade, ficando o pagamento do preço público prorrogado para 60 (sessenta) dias contados da solicitação.

§ 1º Caso o munícipe não proceda à sua inscrição no Cadastro Único Único para Programas Sociais do Governo Federal dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo ou, ainda, caso seu perfil não esteja enquadrado nos requisitos do Art. 2º desta Lei, será efetuada a cobrança dos preços públicos devidos ao final do prazo supraestabelecido.

§ 2º Caso ocorra a inscrição no Cadastro Único dentro do prazo estabelecido no caput deste artigo, e caso seu perfil esteja enquadrado nos requisitos do Art. 2º desta Lei, ser-lhe-á concedida a gratuidade e cancelada a cobrança do preço público correspondente.

Eduardo Suplicy

Lider da Bancada do PT